



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 68**

Sessão Extraordinária de Outubro

Reunião de 27-10-2008

Aos vinte sete dias do mês de Outubro de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Vera Maria da Cruz Vieira, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Miguel de Almeida Dias, Joaquim Manuel Silva Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel da Silva Martins, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luis Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Ricardo Miguel Damas Tavares, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Paula Cristina Urbano Antunes, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Bastos Marques Rodrigues, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 17:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:  
Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves (chegou às 18:00 horas), Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 18:15 horas)

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Paulo Jorge Lopes Anes, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, José da Cruz Costa e João António Fernandes Pedroso, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Vera Maria da Cruz Vieira, Miguel de Almeida Dias, Paula Cristina Urbano Antunes e Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, respectivamente. Os sucedâneos na lista de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Lucinda de Sousa Brandão Pereira e Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fez substituir nesta reunião por José Fernandes Pereira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária, cujo ponto único se transcreve:

**PONTO ÚNICO. – OPERAÇÃO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO – ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AVEIRO E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.**

De seguida, deu início à discussão do assunto agendado.

**PONTO ÚNICO. – OPERAÇÃO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO – ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AVEIRO E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.**

(A *deliberação* tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 13/10/2008, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Todas as intervenções tem como suporte registo digital áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>03</sup>

(Entraram na sala os Vogais António Mário da Fonseca Neto e Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>04</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>05</sup>

Presidente da Mesa <sup>06</sup>

*“Muito obrigada pela intervenção, a Mesa não pode deixar de ouvir as explicações ou as razões jurídicas do senhor deputado que acabou agora de intervir, e de pedir a atenção de todos os senhores deputados para a carta dirigida pela Caixa Geral de Depósitos ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que no seu ponto 5 diz o seguinte: «...porém tudo visto e ponderado e tendo especialmente em consideração o conteúdo da reunião havida dia 06/10/2008 entre as partes, a Caixa Geral de Depósitos aceita reapreciar a sua posição e retomar a mencionada relação contratual desde que esse município formalmente comunique pretende também retomar a relação contratual, aceitando todas as condições previstas no identificado contrato de empréstimo, modificando apenas o seguinte, que uma vez aceite por esse município, uma das alternativas adiando propostas se fará constar da adenda ao contrato».”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>07</sup>

*“Gostaria de intervir para que a Mesa me esclareça com que sentido é que leu o ponto 5 da carta?”*

Presidente da Mesa <sup>08</sup>

*“No sentido de verificar que esta não é uma nova relação contratual, mas sim o retomar de uma relação contratual anterior — que terá exactamente os mesmos termos que a relação contratual anterior, a que só acresce a adenda que vem apreciação hoje à Assembleia Municipal.”*

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>09</sup>

*“Relativamente a esta situação, isto começou de facto mal e começou de uma maneira perfeitamente nebulosa e cada vez a névoa se transforma mais em nuvens escuras sobre tudo o que aconteceu.*

*A uma determinada arrogância quase que existente no início, sobre uma quebra de compromisso por parte da entidade bancária, aparece agora a aceitação tácita de um novo acordo com a mesma entidade bancária; pese embora se saiba que a necessidade aguça o engenho e a necessidade a isso obriga.*

*No entanto, perante tanta certeza, aliás que nós quisemos esclarecer nesta Assembleia através do meu camarada que me substituiu nessa altura e que foi negada pela Senhora Presidente a entrada de uma proposta que disse que responderia posteriormente e que até hoje estamos à espera dessa fundamentação e dessa resposta — por que é que a proposta não foi aceite? Mas estava eu a dizer relativamente a esta situação, acho estranho que perante de facto toda essa arrogância que houve na altura se tenha aceite este contrato agora sem pelo menos se ter contrariado aqui um dos pontos (que aqui fala a dita carta), que refere que a recusa do visto pelo Tribunal de Contas em 28/03 de 2008, implicava a recusa da continuação das ditas condições no empréstimo!? Acho estranho! Acho estranho exactamente a desvinculação. Acho estranho que de facto não se tenha contrariado isso. Tanto que se havia a certeza que o dito contrato entraria em vigor mesmo depois do chumbo no Tribunal de Contas.*

*Depois também acho difícil que agora no final disto tudo se vá aceitar uma taxa de juro fixa! Que é a taxa de juro que está apresentada em detrimento da taxa de juro que estava anterior indexada à Euribor com um spread de 0,14%, sem ir novamente ao Tribunal de Contas.*

*Eu sei que no ponto 5 da carta a Caixa diz isto, isto e isto...; mas calma aí: a Caixa Geral de Depósitos em termos legais é fiável, ao ponto de ter a mesma interpretação que terá o Tribunal de Contas. Eu não sei se será? Nem sei se poderá ser aceite..., se fosse uma comissão só sobre o valor do empréstimo... É que uma comissão sobre o valor do empréstimo poderá eventualmente ser permitida, agora isto é uma alteração da taxa de juro!? O Tribunal de Contas permite uma situação destas? O Senhor Vereador sabe que a Câmara de Gaia, teve uma situação idêntica e com uma alteração de comissão o empréstimo esteve na mesma em vigor. Há situações destas.*

*Depois e para terminar, porque de facto a esmagadora maioria do que foi dito sobre o empréstimo já foi dito da outra vez e o nosso sentido de voto não se altera por causa daquilo que foi dito da última vez, tem a ver com o Plano de Saneamento Financeiro.*

*É um Plano de Saneamento Financeiro que toda a gente já sabe como é que nós o consideramos. É um Plano de Saneamento Financeiro de lapidação do município, da entrega do município a privados e de esvaziamento do conteúdo e do património municipal aos seus munícipes. Além do pouco rigor que em si encerra e que está a fundamentar este pedido de empréstimo. Para além de que o plano financeiro está feito também (aliás isto estou a repetir*

*um bocado o que o Dr. Candal disse há bocadinho) para um determinado montante, montante esse que agora vai sofrer alterações em virtude da alteração da taxa de juro que passará a vigorar na proposta.”*

(Entrou na sala o Vogal António Manuel Carvalho Serra Granjeia)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>010</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>011</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>012</sup>

*“Vamos ser muito breves sobre nesta matéria, até porque de facto grande parte das preocupações que nós já avançamos tem-se plasmado ao longo do tempo e sempre de forma recorrente. Sempre dissemos que isto não depende de nós. Nós somos oposição. A posição é maioritária, tem maioria absoluta, e tem todas as formas e tem toda a legitimidade para resolver o problema. Até porque, diga-se, o Senhor Presidente da Câmara foi eleito para resolver estes problemas da dívida da Câmara. Convenhamos! O que sucede e não nos podem imputar responsabilidade nenhuma, na incapacidade de se ultrapassar o tempo que o tempo tem, para tratar estas questões. E não é verdade que este documento tenha estado parado no Tribunal de Contas até 31 de Junho. Não! O acórdão 47/08 de 28 de Março travou-o, obrigou-o a que de certa forma o Executivo tivesse que engendrar um Plano de Saneamento Financeiro aqui também já muito bem tratado e para o qual nos reservamos de todas as dúvidas e de todos os benefícios que vossas excelências entendem e que nós entendemos que se constitui como gravemente lesivo de todos os municípios; não só de alguns, de todos — porque são todos os que vão pagar esta diferenciação.*

*É legítimo e nós entendemos de facto, que a Câmara deve pagar a quem deve; claro que sim. Mas é legítimo perguntar também: será que não se consegue pagar rigorosamente nada se não vier este empréstimo? Não há outros mecanismos e outras formas engenhosas de tentar resolver o problema sem se comprometer? Ou estamos nós de facto a deixar para 2014, 2015, 2016, para que os nossos filhos, os nossos netos, venham a pagar todos estes encargos, que hoje assumimos só porque temos que salvar qualquer promessa, qualquer situação, que no futuro nos comprometerá substantivamente mais?*

*Uma outra questão que eu queria deixar ao senhor Presidente, porque de facto refere-se com toda esta operação (e eu continuo tremendamente preocupado), porque estas aplicações é para resolver problemas conjunturais e o que eu queria saber era se hoje, já, mais uma vez a Câmara resolveu o problema estrutural que tem entre receitas e despesas? Já consegue a Câmara Municipal neste momento ter ao fim do mês um cêntimo a mais de receita que das despesas gerais ou continua a agravar a situação do défice dos duzentos e cinquenta mil euros mensais? Esta é que é a questão. Porque depois diremos assim: - então se vamos criar novos encargos como é que no final (porque é isto e é disto que se trata) os senhores vão encontrar o reequilíbrio financeiro que é o objecto do empréstimo em absoluto?”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>013</sup>

*“Esta questão que envolve dinheiro é obviamente uma questão de grande melindre, em que do meu ponto de vista, já tive esta atitude antes na anterior Câmara, independentemente da legitimidade das nossas visões do problema e as questões político partidárias têm que ficar à porta.*

*Eu não posso estar mais de acordo com uma frase que ouvi há momentos ao Dr. Carlos Candal; não posso estar mais de acordo! Caro Dr. Carlos Candal “este financiamento” disse V/Exa “já devia ter sido obtido no tempo de Alberto Souto” — eu não posso estar mais de*

*acordo consigo Sr. Dr. Aliás, quero dizer-lhe que várias vezes falei com o anterior presidente da câmara sobre este problema; que já então era latente. Percebo porque é que não se avançou então para uma figura que eu defendia muito e continuei a defender, a do contrato de reequilíbrio financeiro. Percebo. Era admitir a falência da gestão do ponto de vista dos recursos.*

*Mas nós estamos perante um problema de gravíssima necessidade de satisfazer os compromissos mais prementes com os fornecedores da Câmara de Aveiro e com as instituições que estão dependentes da Câmara de Aveiro — como são em grande parte as freguesias. Não porque elas não sejam capazes de sobreviver na sua instituição formal; o problema é que as juntas de freguesia assumiram um conjunto de tarefas que são contratualizadas com o município, e é por aí que vem o desequilíbrio e a afectação do equilíbrio da tesouraria das juntas de freguesia.*

*Independentemente de acreditar, de querer dar alguma relevância, de querer reflectir sobre as opiniões que aqui possa ouvir, vindas de onde elas vierem; posso ter também a minha análise pontual aqui e ali, se o contrato..., mas há uma coisa que eu sei que o Sr. Presidente da Câmara não tem, é uma bola de cristal. Quem nos dera ter uma bola de cristal, para avaliarmos as melhor condições negociais deste processo; em medida é que a figura A é melhor que figura B do ponto de vista daquilo que são as remunerações deste empréstimo. É obvio que na dúvida, não havendo a tal bola de cristal, o senhor presidente da câmara está a jogar pelo seguro. Poderemos discordar; mas que é irrefutável e está a jogar pelo seguro. O pior que pode acontecer é que no limite, aquele limite, será a responsabilidade do município de Aveiro.*

*Não precisamos, caro Dr. Pires da Rosa, para termos opinião, de estudarmos num qualquer parecer jurídico; disse bem também o Dr. Candal: - os pareceres jurídicos são muitas vezes feitos à medida de quem os solicita; nós sabemos disso. Até um humilde presidente de junta sabe disso.*

*Contudo acreditamos, - e eu que acredito a palavra do Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria, e há uma questão que depois de todas estas avaliações subjaz, que está acima de tudo isto: - é a premência da necessidade da tesouraria da Câmara ter recursos para cumprir tardiamente já, muito tarde, com situações que a conjuntura actual, financeira do país e do mundo vieram agravar, com os compromissos que tem, pondo em causa a existência e a sobrevivência de muitas empresas e de muitas famílias. Isto é do censo comum caros senhores; isto é do mais sensato que pode haver. Podemos discordar da Figura A, da figura B ou da figura C do ponto de vista da obtenção deste Plano.*

*Também concordo com o Dr. Candal (penso que foi o que afirmou), eu também estava à espera que a Caixa fosse mais exigente; com toda a sinceridade! Também me parece um acordo face à conjuntura actual, embora as taxas estejam a descer (hoje mesmo o presidente do banco central europeu veio anunciar que no dia seis é provável que as taxas voltem a descer) e que a Euribor tenha continuado hoje, porque de certeza que vai continuar, ainda hoje os mercados estão a funcionar a esta hora e a sua tendência de descida; o problema é que a matéria-prima de que estamos a falar é escassa. E uma coisa são as tendências do mercado institucional e outra coisa são as tendências e os resultados e o custo dessa matéria-prima que é o dinheiro no mercado normal entre instituições. Daí que não há outra saída do meu ponto de vista neste momento. O que os aveirenses querem e quem se opuser a esta decisão (obviamente que eu acho que ninguém se opõe), podemos divergir na forma de lá chegar, mas não cai porque o que vai sair para a comunicação social e para a opinião pública era que os senhores da bancada do partido socialista votaram contra. E isso vai ser fortemente penalizador para o partido socialista nas próximas eleições autárquicas.”*

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>014</sup>

*“Senhora Presidente, eu creio que já foi tudo dito, pouco mais há a dizer. No entanto reporto-me à última reunião em que o senhor Presidente da Câmara deu a entender que a Caixa Geral de Depósitos “roeu a corda” (peço desculpa pela expressão). Quando afinal e perante este documento verificamos que a Caixa Geral de Depósitos simplesmente rescindiu o contrato dado a Câmara não cumprir com todos os pressupostos do primeiro que foi assinado.*

*Quanto à taxa de juro, acho que efectivamente as taxas vão descer e que não foi bom negócio.*

*Depois foi aqui focado o ponto n.º 5. Uma intenção que eu penso que foi de dizer que o Tribunal de Contas já não poderia alterar nada; e não menciona aqui efectivamente que esteja sujeito ao visto do Tribunal de Contas. Mas isto qualquer pessoa que leia sabe perfeitamente que a Caixa (se o Tribunal de Contas chumbar por qualquer motivo), novamente pode recusar. E deu-me a sensação que aqui advogados ou juristas deram a entender isso. Pronto o contrato está feito e portanto isto vai passar com a taxa de juro de 5,90% Não vai. Se o Tribunal de Contas tornar a levantar questões, se o Tribunal de Contas por qualquer motivo chumbar, acreditem que este contrato é anulado.”*

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>015</sup>

Presidente da Mesa <sup>016</sup>

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>017</sup>

*“Duas ou três considerações acerca do assunto que nos traz a este hemiciclo. Parece-me de toda verdade que toda a gente quer ver este problema resolvido. E por maioria de razão e de força, esta Câmara em particular.*

*Reconhecendo as minhas limitações no âmbito da interpretação jurídica, porque nem sou nem advogado nem jurista e suportando-me naquilo que é o parecer jurídico que aqui é apensado — diga-se de passagem, muito bem realizado pelos serviços da Câmara, sem custo nenhum adicional, não correndo o risco de gastar mais dinheiro como outras Câmaras por aí fora fizeram, tendo visto esses respectivos pareceres chumbados, claramente, mesmo sendo realizados pelos doutos e conhecidíssimos doutores.*

*Primeiro facto. A Câmara tem que resolver uma dívida. Não interessa agora neste momento saber quem a fez ou quem a deixou de fazer; tem que a resolver indiscutivelmente. Para isso teve que negociar a contratação de um empréstimo; calhou em sorte ser a Caixa Geral de Depósitos como podia ser outra qualquer. Calhou em sorte ou em azar, as condicionantes externas que ninguém controla sofrerem gravíssimas alterações. Calhou em sorte e manda a prudência e manda a gestão empresarial que se repense continuamente quais são as condições dos nossos acordos. Porque que no fundo e juridicamente falando, um contrato não é mais do que a manifestação livre de vontades concordantes; tão só isso.*

*Ora entendeu uma das partes que para levar a efeito este contrato necessitava de fazer aqui um reacerto, entendeu por bem a outra contraente em discussão anuir a esse reacerto.*

*Dirão os senhores: é um novo contrato. Dirão outros: não, é uma adenda ao contrato!*

*Muito sinceramente não estou nada preocupado com o assunto. Quem de direito será chamado a manifestar-se sobre ele e esse quem de direitos chama-se Tribunal de Contas.*

*Meus caros amigos, se isto for uma má decisão da Câmara, garantidamente o Tribunal de Contas votará contra. Porque há um facto para mim importante. Esta adenda ao contrato e a decisão que a Câmara tomou, implica um acréscimo de vinte e cinco milhões quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta euros de encargos de juros a mais!? E de mais coisas, neste caso é só juros, sobre o montante de empréstimo de cinquenta e oito milhões.*

*Representa isto, meus caros amigos, a dividir por cento e quarenta e quatro meses mais cento e setenta e sete mil seiscentos e trinta e cinco euros e sete cêntimos mês. Ocorre que foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Câmara e eu tenho-o como credível essa fonte, a contratação deste empréstimo representa para a Câmara neste momento, à data de hoje, um ganho de quinhentos mil euros mensais.*

*Fazendo contas de merceeiro, porque é aquilo que eu sou, subtraindo a quinhentos mil, cento e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco, sete cêntimos, dá um ganho acrescido para a Câmara de trezentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e quatro noventa e três mês. Admito que os cêntimos não estejam correctos, admito, mas dou por verdade os números a que cheguei porquanto sei fazer contas de somar e de subtrair; algumas de dividir já terei dificuldade e de multiplicar também — dai não perceber nada o que é que sai isto da Euribor, a crescida de um spread, de mais uma taxa de comissão, mais um agenciamento, mais o que é que quer que seja. Falamos em coisas concretas que é aquilo que me preocupa. Preocupa-me a mim, assim a uma larga centena para não dizer milhares de munícipes e outros não sendo munícipes, é as facturas que eu tenho para receber há quatro anos e meio que podem variar de uma dívida irrisória de um euro e setenta e cinco cêntimos, até uns milhares largos de euros. Isso sim me preocupa. Preocupa-me sim que a Câmara ou o município melhor dito, já não possua credibilidade — e é necessário reconquistar essa credibilidade, se calhar com custos acrescidos. Mas meus amigos, as decisões tomam-se no dia e há base daquilo que é a informação que está disponível nesse dia. Porque depois de casa feita não faltam arquitectos. Ora eu não sou arquitecto e tenho por bem que a decisão que a Câmara tomou como sendo a mais adequada e a mais correcta dada a informação disponível à data de hoje.*

*Só gostaria de dizer um comentário final e contrariamente aquilo que é habitual, não gostei nada de ouvir o caro colega Dr. Candal. Não gostei! Fundamentalmente não gostei de uma frase – afirmação que vindo de quem vem tem outro peso, porque se fosse eu a dizê-la não tinha o mesmo peso: “não quero crer que o Tribunal de Contas esteja lá para aprovar isso à rapaziada, se não eles amanhã estão cá outra vez”. Acho que isso é denegrir demais uma Instituição que merece todo o respeito quando nos apoia e quando nos dá nas orelhas.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [018](#)

*“Começarei por um ponto que é capaz de extravasar um pouco esta matéria, mas numa última reunião não estive presente por motivos de saúde. Foi falada a necessidade de eu apresentar os documentos que possuo sobre a minha incompatibilidade. Era só essa nota que gostaria de dizer à senhora Presidente de que de facto possuo-os e só ainda não os entreguei à Mesa por respeito a vossa excelência; porque de facto penso que a Mesa terá primazia na resposta e como ainda não me deu resposta a alguns dos requerimentos, nomeadamente o que eu fiz em 02 de Maio de 2007, espero ansiosamente por isso, a menos que não se sinta lesada por isso ou diminuída e eu os possa entregar antes da Mesa.*

*Sobre o assunto em questão. Como sabem vivemos uma grande crise internacional. As coisas estão difíceis, muito difíceis, não sabemos até que ponto esta crise vai influenciar as nossas vidas futuras e eu digo muito sinceramente, até estaria basicamente tal como o meu colega de bancada do Bloco de Esquerda, pensaria seriamente em pensar positivamente este empréstimo. Até porque como o Dr. Carlos Candal aqui muito bem disse e traduziu fielmente o meu pensamento e o de muitas outras pessoas de Aveiro, socialistas, sobre esta matéria. Este empréstimo já deveria ter sido feito no tempo do senhor Dr. Alberto Souto. E tudo o que seja atrasá-lo é de facto prejudicial para o município — por isso nós não o queremos atrasar. Mas como é que isso se conjuga com a vossa posição? Obviamente que eu vou votar contra e obviamente que vai ser aprovado porque a Câmara tem a maioria nesta Assembleia.*

*E vou votar contra, o que aliás parece ser bom sinal em termos de decisão do Tribunal de Contas. Porque se lembram quando nós votámos a favor o Tribunal de Contas não visou o documento e quando votámos contra o Tribunal de Contas visou o documento, visou o empréstimo; portanto é bom sinal e esqueçam-se lá dessas bocas maldosas que por aí há que nós pretendemos com isso influenciar. Como vêm se influenciamos é ao contrário, se influenciamos é ao contrário!*

*Mas como eu estava a dizer até votaria a favor se não me lembrasse de uma coisa: é que em política não vale tudo! Em política não vale tudo e se se lembram, quando veio visado este empréstimo pelo Tribunal de Contas o Senhor Presidente da Câmara reuniu com alguns dos credores, escolhidos a dedo, e mais do que apresentar enfim esse documento, disse como é que iria fazer o pagamento que nessa altura penso que postergou para Setembro, zurziu na oposição, zurziu na oposição e particularmente em mim, que estava completamente errado e errado não sei quantas vezes e que de facto aquilo era uma grande vitória da Câmara. Como se vê foi uma vitória de Pirro e sem qualquer sustentáculo porque se esqueceram de uma coisa básica: é que uma vez que o primeiro empréstimo não foi visado, deveriam tê-lo renegociado antes de o enviar novamente ao Tribunal de Contas. E aí surge uma primeira dúvida que eu ainda hoje tenho e que ainda não foi suficientemente esclarecida, será que desde que o Tribunal de Contas recusou o visto do empréstimo até à data posterior e que o Tribunal de Contas visou o pedido de empréstimo houve algum contacto com a Caixa Geral de Depósitos com a Câmara, para indicar que o contrato deixou de ter validade? Houve alguma reunião, digam-me aqui sobre palavra de honra, que não houve nenhuma reunião e eu acredito piamente nas palavras de quem o disser. Mas tem que mo dizer olhos nos olhos e têm que me dizer se efectivamente é verdade ou não, e se de facto a Caixa Geral de Depósitos disse ou não à Câmara de Aveiro que não mantinha aquele contrato como bom, depois da recusa do Tribunal de Contas?*

*O senhor Presidente da Câmara fez também uma coisa que eu considero, que um Presidente da Câmara que deseje terminar honrosamente o mandato para que foi eleito não deve fazer, colocou no site da Câmara o esclarecimento e esse esclarecimento contém inverdades, que aliás foram facilmente demonstradas, porque a mentira tem sempre a perna curta, porque disse que o plano e o respectivo contrato de empréstimo se mantém iguais, aos que os elementos da Assembleia Municipal aprovaram em reunião extraordinária de 26 de Novembro de 2007, coisa que facilmente foi demonstrado porque o plano financeiro, que acompanhava o empréstimo, continha valores totalmente diferentes dos originários... desculpe, está incomodado senhor vereador? É verdade o que eu estou a dizer, o senhor diga que é mentira, o senhor diga-me que entre um empréstimo e o outro, o senhor alterou as receitas e as despesas, sem dizer nada a esta Assembleia. Diga e donde é que vinha essa alteração das receitas e das despesas, diga-me? Diga-me, tem de me dizer isso! Tem de me dizer isso! Este novo pedido de empréstimo, a meu entender, não sou jurista também, penso que tem no mínimo uma legalidade duvidosa, mas se no mínimo tem uma legalidade duvidosa, há uma coisa que eu tenho certeza absoluta, é que sendo o pedido de empréstimo, um documento que informa um plano de saneamento financeiro, e uma vez que esse pedido de empréstimo vai originar uma aumento das despesas em cerca de três milhões de euros, obviamente e naturalmente, o plano de saneamento financeiro, pelo menos na vertente numérica tem que ser alterado, porque se não gastar mais três milhões de euros, terão de ser obtidos mais três milhões de euros das receitas. Isso é de facto uma coisa incontornável e até era fácil, como acolá o senhor vereador do pelouro das finanças diz que as coisas são todas fáceis, era só pôr o estádio, em vez de ser concessionado por sessenta e cinco milhões de euros, era concessionado por setenta e já estava resolvido o problema.*

*Em política não vale tudo! E também não vale dizer que se não for aprovado isto, os Presidentes das Juntas ficam desgraçadinhos e os credores todos ficam desgraçadinhos, porque com isto nós pagamos a toda a gente. Não se esqueçam dos compromissos que estão a*

*assumir com as Juntas e o compromisso que estão a assumir com os credores e não se esqueçam que este empréstimo, serve só para cobrir o role anexo ao pedido de saneamento financeiro original e que relativamente às Juntas de Freguesia, Associações de todos os níveis está prevista a totalidade de 2,2 milhões de euros, que é isso que tem de ser distribuído. Não se diga que se paga a toda a gente, porque de facto ao que me parece o dinheiro não cresce e principalmente na Câmara de Aveiro não cresce nas árvores.*

*Também queria para finalizar fazer um requerimento à Mesa, para aquilatar da situação financeira da Câmara e do que está a acontecer, no sentido de ser informado quais foram as transferências que esta Câmara fez para associações desportivas, culturais e outras, desde o princípio deste ano até esta data, com os valores e o destinatário devidamente explicitado. Muito obrigado. Eu vou apresentá-lo por escrito à Mesa.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>019</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>020</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>021</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>022</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>023</sup>

*“Eu início a minha intervenção para fazer desde já um reparo, porque volvido quase um ano desde a Assembleia Municipal que nos trouxe aqui todos para aprovar a solução que em 2005 foi levada a votos a todos os aveirenses, com vista ao saneamento financeiro, voltamos hoje a este colégio para, esperemos de uma vez por todas, ser aprovada a solução que à custa do sacrifício de muitas freguesias e de muitas associações e instituições deste concelho possa finalmente ser executada.*

*De facto não deixa de ser insólito, que hoje estejamos aqui todos, para assistir a um volte de face tão surpreendente como este, é verdade. Quem diria que estaríamos aqui de novo nesta Assembleia, a discutir um problema financeiro da Câmara, porque a Caixa Geral de Depósitos já quase um ano depois de ter sido celebrado o contrato veio agora alterar as condições que inicialmente tinha firmado!? O contexto é este, é o problema financeiro. Mas eu apelo à memória de todos aqui presentes, memória instantânea já e aos munícipes aqui presentes, para um novo insólito que a política aveirense local hoje aqui assistiu por parte do PS. Não deixa de ser insólito, que tão ilustres personagens como o Dr. Carlos Candal, tão proeminente figura política local, representativa do PS, e Sr. Raúl Martins, venham hoje aqui a público passar um atestado de incompetência a quem liderou o executivo no mandato anterior!? De facto é surpreendente. E não deixa de ser curioso que sejam estas figuras tão proeminentes a fazê-lo hoje, no dia em que todos somos convocados com esta maioria, sim caros deputados, com esta maioria, para assumir a responsabilidade que nos cabe, a nossa cota parte; a vossa logo se verá, o que o eleitorado saberá reconhecê-lo.*

*Bom, esse é um facto que deve ser aqui mais uma vez frisado, porque é o próprio PS que faz o mea culpa, e se confessa incompetente, porquê? Porque esta solução, como disse e muito bem o Dr. Carlos Candal, já cá devia ter vindo no tempo do Dr. Alberto Souto mas não veio, logo o que nós temos aqui (uma maneira de dizer) é incompetência socialista. Sr. Deputado Carlos Candal reconheço essa solenidade, já lá vamos.*

*Mas a verdade é que as diferenças saltam à vista. E não deixa de ser de facto fenomenal igualmente, que as diferenças estejam a saltar à vista. Bom, factos são factos e vamos a factos.*

*É verdade que foi assinado o contrato. Não há condições nesse contrato. Naturalmente também é para nós inaceitável que haja uma alteração unilateral, sem que se obtenha um acordo consensual, é verdade, é pelo menos um dos princípios mais elementares dos negócios jurídicos é certo, mas o mesmo é dizer também, que eu sei, mas já ouvi tão ilustres opiniões*

*de tantos juristas, que também devo dizer que em matéria de negócios jurídicos, não me parece bem apenas um dos contraentes alterar unilateralmente a sua posição.*

*Bom a prova mais evidente da existência do contrato e a Senhora Presidente da Mesa fez-me bem frisar esse parágrafo, porque salta à vista de todos é de que é a proposta de aditamento, proposta de aditamento que é formulada pela própria Caixa Geral de Depósitos. O mesmo é dizer que alguma vez se pode alterar ou aditar algo que não existe? Como algumas teses aqui foram defendidas? Bom, mas também é a própria Caixa que admite as circunstâncias anormais imprevisíveis, é verdade. A Caixa vai dotar o município das verbas, por isso é que estamos a falar da Caixa, ora se é a Caixa que justifica a sua alteração com circunstâncias anormais, o mesmo é dizer que o contrato precisa de ser ajustado à realidade económica. Bom, também é a Caixa que vem agora e muito bem como diz a Senhora Presidente, reapreciar a sua posição contratual e retomar a relação, o mesmo é dizer que a Caixa se propõe alterar o contrato por via de uma adenda ou de um aditamento. Ora bem eu penso que não é preciso ser jurista, para perceber que a adenda é aquilo que se acrescenta para completar. Portanto uma coisa que não existe não se completa.*

*Eu devo confessar também esta alteração súbita das circunstâncias, é verdade que de ponto de vista político e hoje falo do ponto de vista político, nos parece demasiado coincidente e oportuna pelos pressupostos e pelo modo e tempo em que foram colocadas, é verdade, mas já oportunidade política institucional desta proposta da Caixa, em nada nos convence, ainda assim, e ao contrário daqueles que se limitam a opinar sentados à frente dos seus blogs, devo dizer que a legalidade desta posição não se questiona para nós, porque é evidente e ao mesmo tempo legítimo, que efectivamente se exerçam os direitos que do ponto de vista contratual aqui estão a tratar, a Caixa por um lado invocando alterações de circunstâncias, razões de mercado - é verdade, e por razões de equidade, porque pode efectivamente invocar e é assim a legislação que o prevê, mas a questão cimeira que se deve colocar, perante este cenário dantesco do ponto de vista financeiro, haverá alguém que em consciência hoje aqui pense, que restaria a este executivo ou a qualquer outro, ou a qualquer outro que fosse, que tivesse os destinos da edilidade nas suas mãos, que não tivesse que aceitar esta solução do empréstimo, com estes pressupostos em prole dos interesses das freguesias e das instituições? Como principais sacrificados por toda a delonga deste processo, desde o tempo do anterior executivo? Penso que não. Porque o financiamento obtido por esta via, para nós constitui o vértice da actual governação municipal, porque nós julgamos ser demasiado importante que esta edilidade seja efectivamente dotada de condições políticas e democráticas, que do ponto de vista financeiro promovam a resolução deste problema, retirando a Câmara de uma situação em que se encontra refém e que leva à penalização do desenvolvimento do concelho. Sabemos é certo que esta actualidade local, tem sido marcada pela carestia e pelos constrangimentos financeiros. Os credores batem à porta é certo e aguardam ansiosamente o desfecho deste processo, que tem sido marcado por volte de face é certo e por alguns imbróglis legais. Mas é isso que tem condicionado fortemente a acção deste executivo, é verdade, mas atenção, nós não podemos esperar que esta claustrofobia continue a condicionar fortemente a execução dos projectos e das ideias deste município e entendemos nós também, que a conduta política que é assumida por cada uma destas bancadas, por cada um dos partidos com a representação democrática neste concelho, será alvo da atenção dos munícipes no momento próprio. Por uma questão de responsabilidade e ética e porque a responsabilidade de facto não é esperar que os outros façam por nós, como já aqui hoje foi confessado pelo partido socialista, entendemos nós que esta Câmara deve ser dotada dessas condições políticas, para a missão e para o lema a que se propôs no acto eleitoral de 2005. É a defesa dos interesses dos munícipes que está aqui em causa e convoca-nos para a aprovação dessa solução. Questionaram-nos porque é que devemos aceitar? Está à vista, são os interesses dos munícipes que nos convocam a esta solução. Exercer a maioria é isto, estamos cá e assumimos a nossa responsabilidade, o nosso compromisso.*

*Falam-nos de que os termos económicos ou financeiros são maus. Bom eu confesso-vos que já ouvi muitos juristas de algibeira e outros financeiros tais hoje aqui, mas a verdade é que para mim há um sinal inequívoco nesta solução, um sinal de transparência, de verdade e de respeito pelos compromissos assumidos, coisa essa, tal como hoje aqui foi confessado pelo PS não aconteceu. A responsabilidade é isto meus caros, é assumir os compromissos. É agir pró-activamente para resolver o problema. É não baixar os braços. Aquilo que é responsável é agir-se e não nos determos por preocupações eleitoralistas, como já temos visto de certos partidos, hoje aqui reconhecidamente a fazer. Não é sério, não é honesto e não é democrático, que partido com a responsabilidade política que tem, hoje como o PS, venham a lume misturar interesses eleitorais, com uma questão tão basilar quanto esta do saneamento financeiro para esta Câmara.*

*Já se disse aqui que em política não vale tudo é certo, mas para nós aquilo que vale é a assumpção dos compromissos e é por isso que hoje aqui estamos, convocados para isso mesmo e aqui fica desde já, para que fique registado em acta, que é essa a posição do CDS e em conformidade assumiremos essa responsabilidade do ponto de vista ético e do ponto de vista moral.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [024](#)

*“Muito rapidamente só para perguntar ao senhor deputado Miguel Fernandes, qual é a sua interpretação dos pontos da carta da Caixa Geral de Depósitos que dizem o seguinte: “na sequência da recusa de visto do Tribunal de Contas, a Caixa Geral de Depósitos naturalmente se considerou totalmente desvinculada do mencionado contrato de empréstimo”.*

*Ponto dois. Ora como anteriormente se referiu, desde a recusa do visto do Tribunal de Contas em 28/03/2008, nas condições descritas esta Instituição se considerava desvinculada do contrato de empréstimo até então dado como perfeito; e não esquecer que aquilo que invocou, que é o que vem seguidamente ao ponto 4, está precedido, como é que interpreta, “preceder por outro lado”.*

*Para além disso gostaria de perguntar ao senhor deputado, com toda a franqueza dada a transparência e o respeito que considera que existe nesta proposta, se continua ou não a pedir a cabeça do Vereador das Finanças, se isto não for aprovado?”*

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [025](#)

*“Isto é um misto de intervenção. Um protesto porque o senhor deputado insinuou ai que havia falta de coerência do grupo parlamentar socialista entre perspectivas eleitoralistas e opções de opinião. Não fundamentou isso... é um disparate, fica consigo a tolice.*

*Outra questão que queria levantar, outro problema, porque o senhor chamou “jurista de algibeira”. Oh senhor Dr. eu não sou jurista. Isso não me abrange. Só que eu sou formado em Direito. Eu nunca me assumi como jurista. Eu sou mau jurista. Eu sou é bom advogado — e o senhor será doutorado em direito, mas com a sua falta de discernimento jurídico nunca será um bom advogado. Temos aqui advogados brilhantes como o Dr. Jorge Nascimento, assim, assim como eu, e espero que vossa excelência venha a brilhar lá para o futuro.*

*Quanto à outra boca, nós nos outros dois mandatos, os socialistas da Assembleia, candidataram-se sublinhando a sua independência em relação à Câmara.*

*Vossa excelência é que estava a acabar o liceu e não se apercebeu disso. Sublinhámos isso. Sempre divergimos aqui muitas vezes e chumbámos aqui muitas vezes textos e criticámos textos da Câmara. Sim, e eu próprio fui um dos que sugeriu à Câmara (e o conselho não foi seguido) para contrair um financiamento deste género e digo-lhe quando: foi aqui em plenário, quando a Câmara mandou a listagem das dívidas e apareceu lá uma dívida*

*caricata de trezentos escudos às “criaditas dos pobres”, percebe. Foi aqui dito e proposto, mas nós éramos independentes!? O executivo era executivo, nós éramos o legislativo e sempre fomos ciosos disso e continuamos a ser. Elogiamos o executivo no que entendemos ter de elogiar, na passagem histórica do partido socialista pela Câmara com o Dr. Alberto Souto, e criticamos nas asneiras que foram cometidas. É assim que se faz democracia. E é bom que vossa excelência vá aprendendo para ensinar aos seus filhos.”*

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>026</sup>  
Presidente da Mesa <sup>027</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>028</sup>

*“As posições estão claramente definidas, aliás pelos vistos já estariam definidas antes da Assembleia ter início, não faria até muito sentido estar a prestar esclarecimentos no fundo que não são úteis, porque não vão alterar rigorosamente nada. Mas por respeito à instituição, à Assembleia, aos senhores deputados, iremos eu e o Dr. Pedro Ferreira responsável pelas finanças tentar prestar alguns desses esclarecimentos.*

*Quanto ao facto de ser lamentável o atraso disto tudo, é verdade. Nós próprios consideramos que é lamentável o atraso disto tudo; só que como muito bem aqui foi dito nós vivemos num estado democrático de direito (para o bem e para o mal), para o que é bom e para o que não é bom, para o que nos agrada e para o que não nos agrada. E o que se tem passado neste processo é exactamente este cumprimento escrupuloso da lei. E se forem inventariar ou avaliar o que foram estes dez ou onze meses que o processo se tem vindo a prolongar, vão naturalmente notar e descobrir que o processo dependeu da Câmara muito pouco tempo neste tempo todo — só numa entidade esteve lá oito meses para avançar!?”*

*Quanto à tal “bodega” do parecer que foi feito. Nós respeitamos muito os nossos funcionários, respeitamos muito os nossos técnicos, e dizer em honra da verdade que todo este processo e convém referir que, com este valor ou próximo deste valor, o nosso município foi o único município que conseguiu o visto do Tribunal de Contas. Todo este processo foi organizado, foi elaborado, foi redigido pelos técnicos do município com o nosso apoio. Portanto merecem aqui assim uma palavra de elogio pelo seu esforço, pelo seu trabalho, e pela sua competência.*

*Nós não encomendamos pareceres como é óbvio por duas razões. Primeiro, pelo respeito aos funcionários, aos técnicos, o respeito à sua dignidade e pelo respeito também a nós próprios — porque essa não é a nossa forma de estar, nem de ser, nem de agir.*

*Quanto à legalidade ou ilegalidade do processo. Amanhã se a certidão da Assembleia ficar pronta, logo que a certidão da Assembleia Municipal fique pronta, iremos remetê-la para o Tribunal de Contas com a decisão que aqui for tomada; e é o que falta. É esta certidão da deliberação desta Assembleia é o que falta para que o processo possa ser analisado e ser tomada uma decisão pelo Tribunal de Contas.*

*Quanto ao facto desta operação já dever ter avançado no outro mandato, deixem-me só colocar aqui uma dúvida. Será entendível ou explicável que agora só porque mudámos de mandato se vote contra uma coisa que votaríamos a favor se fosse feita no outro mandato? Fica aqui a dúvida, fica aqui a pergunta.*

*Particularizando, o António Regala, começou por falar a uma arrogância inicial, que penso que disse por dizer. Penso que a arrogância não é propriamente o estilo que nós temos procurado implementar aqui, não é na nossa perspectiva. O estilo que temos procurado parece-nos despropositado e desajustado.*

*Penso que afirmou também que iríamos aqui aprovar algo sem ir ao Tribunal de Contas! Penso que já está ultrapassada essa questão e já se percebeu claramente que o processo tem que ir a Tribunal de Contas.*

*E por último, que não em último, pegar naquilo que o senhor Armando Vieira, o Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha aqui referiu. Obrigado pelo que disse, por essa preocupação, por essa nota de que as questões político partidárias deviam ficar ali à porta. Mas fundamentalmente agradecer a coerência da posição que defende hoje e que defendeu no mandato anterior. Saúdo essa sua posição pelo facto de não oscilar em função dos mandatos, mas sim em função do conteúdo das propostas que tem à sua frente.”*

Vereador Pedro Ferreira <sup>029</sup>

*“Apenas e só algumas respostas. Eu confesso-vos que achei esta sessão com algumas dualidades, em relação a algumas questões colocadas, uma vez que o Senhor Presidente, quando na sua intervenção inicial, já tinha feito referência, nomeadamente à questão do visto do Tribunal de Contas e não percebi porque é que voltaram a frisar novamente essa questão. De qualquer maneira, em relação à intervenção do senhor deputado Carlos Candal, devo-lhe dizer que os primeiros sete, oito minutos, não disse nada a não ser falar sobre ética e para nós foi muito interessante estarmos aqui a ouvir falar sobre ética. Mas depois claro, quando começou a falar dos juristas, percebemos que a ética não era para nós e portanto não era muito importante.*

*De qualquer maneira e frisando aquilo que o senhor Presidente disse, transmitir-vos que os pareceres técnicos foram dados por técnicos da Câmara e só para todos ficarem esclarecidos, nenhum dos técnicos que interveio nestes pareceres, sequer foi contratado por este executivo municipal, e portanto é isto e temos tudo esclarecido.*

*Quanto à questão de saneamento financeiro novo. Eu recordo que o plano de saneamento é um plano previsional e portanto irá obviamente ter ao longo da sua vigência algumas, e quando forem apresentadas à Assembleia e aos Senhores Ministros e ao Tribunal de Contas o seu cumprimento, ele irá obviamente ter um quadro com aquilo que estava previsto e com aquilo que está efectuado. E haverá desvios, isso é natural num plano de doze anos. E obviamente que este será um desvio. Dizer-vos o seguinte também, que se fossem há duas semanas atrás o desvio seria praticamente nulo, uma vez que a taxa Euribor estava com valores muito elevados.*

*Dizer-lhe também quanto à questão do juro e da liquidez. Eu estava a ver que ia inventar uma teoria económica nova. Mas como tem economistas na sua bancada peço-lhe que se informe mais sobre essa questão que acho que era importante.*

*Senhor Deputado António Regala, transmitir-lhe de facto, nalguns executivos anteriores houve comissões que foram aprovadas apenas em reunião de Câmara, embora nós achemos que isso é um bocadinho dúbio, mas imaginemos que nós tínhamos optado pela comissão tal como tinha dito e salvávamos na reunião de Câmara. A Câmara iria na mesma gastar mais dinheiro ou ter encargos superiores e não seria transparente porque não viria a Assembleia Municipal. Achamos isso claramente incorrecto e portanto vou pensar que só falou na questão da comissão por falta de conhecimento.*

*Em relação aos 80% do programa eleitoral. Eu julgo que nós poderemos fornecer-vos uma cópia do programa eleitoral para vocês reverem; se calhar seria interessante.*

*Quanto ao mau negócio dos 5,90%. Para além dos benefícios que o Senhor Presidente já referiu, nomeadamente em relação à questão da fixação para o futuro e quem vier a seguir sabe exactamente com o que vai contar, nós temos que referir que há aqui uma continuada vantagem que é de facto este processo não tem comissões. E sendo assim, qualquer renegociação que seja feita com a Caixa ou com outro banco poderá ser feita mais facilmente e também nesta instabilidade, manda a prudência, e nós sabemos que neste momento o Euribor está a baixar, mas a Euribor não vai baixar se for imposta, e é aquilo que foi, foi um*

*bocadinho imposto, e provavelmente o mercado vai-se reajustar em breve e portanto daqui a algum tempo se calhar nós iremos falar mais em pormenor sobre este assunto.*

*Quanto à Comissão de acompanhamento Senhor deputado Jorge Afonso. Mais uma vez para lhe referir que nós de seis em seis meses teremos que enviar um relatório a esta Assembleia, ao Tribunal de Contas, aos Ministro das Finanças e da Tutela das Autarquias Locais. Portanto, se quiserem mais uma Comissão é convosco. Nós mandaremos exactamente para as mesmas entidades o nosso relatório.*

*Quanto à questão dos valores do Plano. O senhor deputado sabe que quando foi feito este estudo já foi feito com a proposta da Caixa Geral de Depósitos e, portanto, o estudo já incluía os valores correctos. O senhor deputado também fez uma confusão quando fez as contas, por aquilo que me transmitiram. Mas esqueceu-se que aquilo é uma taxa trimestral e portanto há que a atualizar.*

*Em relação aos valores para os clubes e para as associações, com certeza. Temos todo o gosto de fazer chegar, apesar de ser divulgado publicamente, temos todo o gosto em lhe fazer chegar o que foi aprovado, o que foi pago, e o que está em dívida.”*

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>030</sup>

Vogal António Regala (PCP) <sup>031</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>032</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>033</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>034</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>035</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>036</sup>

*“Vou só reforçar, vou ser muito sucinto, muito breve e reforçar aquilo que parece que todos conhecem. O Partido Socialista e nós aqui temos reiteradamente dito que a recuperação da confiança e da credibilidade da Câmara passa pela resolução dos seus compromissos, naturalmente. E dissemos claramente que este pedido de empréstimo, como meio e mecanismo de resolver esse problema, era e foi desde sempre motivo de consideração positiva do Partido Socialista.*

*Agora o que é substantivamente diferente é que os suportes para que a transacção se realize, é que temos sérias dúvidas de estarmos perante um programa sustentado e que seja até mesmo suportável pela menor ou pela mais pequena inteligência. Esse é que é o drama!*

*E do mesmo modo que ficamos preocupados, razão porque nós votamos favoravelmente o pedido de empréstimo e quando nos vem o plano de saneamento financeiro, o instrumento essencial que lhe daria corpo e lhe daria porventura pernas para andar, a nosso ver sem prejuízo dos munícipes e do município, nessa altura tem a nossa oposição porque não nos parece que seja um documento que a maioria que se preocupa sistematicamente em governar contra o partido socialista ou o que o partido socialista propõe, e não se preocupa em resolver os problemas dos munícipes. Porque já aqui foi dito que o Senhor Presidente e os candidatos que se colocaram às eleições autárquicas passadas, tinham como desígnio a resolução desse problema. E vossa excelência recolheu a maioria dos votos através e que estão plasmados na maioria absoluta dessa bancada. E nós não vemos desempenho e é isso que é perturbante, não vemos o desempenho necessário, a agilidade e a inteligência suficiente para ultrapassar estas questões.*

*E o que nós temos reiteradamente dito é isto: quem não tem competência não se deve estabelecer. E por isso mesmo o mínimo de lampejo seria que convocassem alguns técnicos competentes e assessores para os auxiliar nessa tarefa.*

*Eu quero crer que não existe uma única forma de resolver os problemas financeiros da Câmara. Agora, não é possível é resolvê-los de facto quando a dívida estrutural da Câmara que existe vai sendo alargada. Isso é que é importante que o executivo tome, desde logo, resolver o problema da dívida ou do défice estrutural que possui.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>037</sup>

*“Num minuto para afirmar que nunca fomos e não somos contra o empréstimo. No passado propusemo-lo como muito bem se lembrou o Sr. Dr. Nascimento.*

*O que nós somos contra é um plano de saneamento financeiro que enforma este empréstimo!? Em que miraculosamente tudo vai ser pago pela concessão do estádio por sessenta milhões de euros; pela concessão dos Serviços Municipalizados por cinquenta milhões; e que basicamente dá corpo a este crime de lesa Aveiro que é a constituição de uma parceria pública ou privada para construção e gestão das escolas do primeiro ciclo do ensino básico. Nós somos é contra um plano de saneamento financeiro incompetente, que nada faz para estancar o défice estrutural do município.*

*Em dois segundos só para perguntar ao senhor Presidente o seguinte: que me diga, responderá se quiser, se não quiser tirarei da sua não resposta as minhas conclusões, houve ou não houve contactos com a Caixa Geral de Depósitos entre o chumbo do Tribunal de Contas e a nova apuração do Tribunal de Contas? Houve ou não houve reuniões com o senhor Presidente e com o senhor Vereador? Se houve diga-nos, se não houve não nos diga. Mais, gostaria que me perguntasse, quando veio da reunião de Lisboa com a Caixa Geral de Depósitos, quando veio agora com essas duas propostas, onde foram discutidas e que foram plasmadas na carta de 09/10, diga-me por favor. Tinha ou não opção de optar por um contrato com 0,5 de comissão, mais 0,14, mais a Euribor ou se de facto ficou confinado à hipótese de ter de aceitar a taxa fixa dos 5,9%.*

*É importante que todos saibamos isso. E (eu acredito nas pessoas) o que tem que me dizer é se tinha ou não a verdadeira opção de escolher a taxa Euribor, mais 0,5% ou mais 0,14% ou a Caixa Geral de Depósitos disse antecipadamente que não aceitaria essa solução. Essa solução só iria no papel “para inglês ver” porque de facto o que ficava contratado era os 5,9%?”*

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>038</sup>

*“Obviamente são duas hipóteses, nós escolhemos a taxa fixa. Porque na segunda-feira em que isto foi a reunião de Câmara a taxa variável já estava em seis vírgula zero quatro.”*

De seguida a Presidente da Mesa<sup>039</sup>, interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, a pedido da bancada do PS por cinco minutos.

(Saiu da sala o Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal)

**Retomados os trabalhos, a Presidente da Mesa<sup>040</sup> colocou à votação o Ponto Único - operação de saneamento financeiro do município de Aveiro – adenda ao contrato de empréstimo celebrado entre o município de Aveiro e a Caixa Geral de Depósito, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte oito votos a favor (PSD18+CDS6+PS4) e onze votos contra (PS9+PCP1+BE1).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>041</sup>

*“O Grupo Político Parlamentar do Partido Socialista, votou contra esta adenda - que ficámos sem saber se seria mesmo adenda ou não ao contrato, ou este ponto da ordem de trabalhos, basicamente por quatro razões: O Partido Socialista não é contra o empréstimo. É contra o plano de financiamento — plano de saneamento financiamento esse que não foi aqui trazido com as alterações necessárias decorrentes deste novo empréstimo que a Câmara pretende contrair.*

*Ponto número dois, o Partido Socialista entende que o empréstimo que se pretende hoje, não cumpre os requisitos mínimos estipulados na lei para um novo contrato de empréstimo.*

*Ponto número três, o Partido Socialista é a favor da liquidação das contas aos credores, responsabilizando pessoalmente o Dr. Élio Maia pela incapacidade na resolução do problema financeiro de Aveiro.*

*Ponto quatro, o Partido Socialista lembra aos aveirenses que o PSD e o CDS têm a maioria absoluta da Câmara, pelo que se o problema não foi resolvido é por culpa e exclusiva responsabilidade do seu Presidente, do actual Executivo, do Partido Social Democrata e do CDS Partido Popular.”*

Presidente da Mesa <sup>042</sup>

*“Sr. Deputado Pires das Rosa há uma pequena precisão que o Sr. Deputado terá que fazer em nome do seu grupo municipal. Um grupo municipal é composto pelos directamente eleitos e pelos Presidentes de Junta eleitos nas listas.*

*Como houve expressamente votos a favor de todos os Presidentes de Junta eleitos pelas listas do PS, e como foi anunciado por vossa excelência que a declaração de voto era em nome do grupo municipal do PS, há aqui uma manifesta contradição que tem que ser clarificada.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>043</sup>

*“Já prevendo as tergiversações político-formais de vossa excelência, comecei a minha declaração de voto por dizer, o grupo político parlamentar do partido socialista, querendo com isso efectivamente e não escondendo porque é público, os jornalistas presenciaram os votos a favor dos nossos Presidentes de Junta.”*

Presidente da Mesa <sup>044</sup>

*“Senhor deputado, eu não quero fazer disto caso, mas vossa excelência abusou da interpretação, porque está com reserva mental. Um grupo municipal numa Assembleia Municipal é por natureza um grupo político.*

*Por isso, essa formulação não conseguiu descortinar nada; mas a Mesa quer que fique em acta que essa declaração é de apenas nove deputados do Partido Socialista, do que se fará menção expressa na acta.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>045</sup>

*“A intervenção de vossa excelência enquanto Presidente da Mesa, para sublinhar o que é aparentemente uma questão formal, eu pessoalmente interpretei como uma tentativa política de sublinhar um resultado de uma votação aqui presente. E não posso interpretar de outra forma. Vossa excelência fará a justiça de perceber que eu tenho tido um comportamento correcto, na minha perspectiva, com esta Mesa e portanto entendo e entendi as suas palavras neste sentido.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>046</sup>

*“Lamento e protesto pela diminuição de estatuto que está a ser aqui apresentada pelo senhor deputado Pedro Pires da Rosa em relação a elementos da sua bancada, que são eleitos como os eleitos directamente e que a lei configura e não lhes dá diminuição de estatuto.*

*O que é lamentável é que esta interpretação que está aqui agora a ser feita, da posição dos senhores Presidentes de Junta, vai na linha daquilo que em termos nacionais o Partido Socialista pretende introduzir na lei, ao tentar amordaçar aqueles que são representantes das freguesias, que têm porventura, não digo mais, porventura mais legitimidade, que os eleitos directamente, que eu gostaria de ver candidatarem-se à sua junta de freguesia para ver se tem o mesmo estatuto em termos de representatividade da sua população.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>047</sup>

*“Eu queria dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia e Presidente da Associação Nacional de Freguesias, retirou uma ilação diferente das minhas palavras. Não foi esse o sentido que eu quis dar, não foi manifestamente esse. E para lhe dizer que, tentativa de retirar politicamente ou de fazer essa diminuição foi protagonizada aqui por vossa excelência, porque o seu partido também foi subscritor desse acordo que deu azo a essa lei, que o senhor tanto condena.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>048</sup>

*“É que a lei não existe. É só uma precisão técnica, como não há lei e não foi aprovada o meu partido não subscreveu lei nenhuma. É só isto.”*

Vogal João Barbosa (PS) <sup>049</sup>

*“É por isso que muitas vezes esta Assembleia parece que não tem a dignidade que devia ter e depois transforma-se naquilo que estamos a ver. E aquilo que eu queria dizer na minha declaração de voto, em nome dos Presidentes de Junta do PS, queria dizer que a Assembleia Municipal é composta pelos Presidentes de Junta, eleitos directamente pelo povo e pelos eleitos. E como nós achamos que também temos alguma capacidade política, até pela nossa experiência, votámos em consciência e democraticamente.”*

(Reentrou na sala o Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>050</sup>

*“A bancada do PSD votou a favor da adenda ao contrato de empréstimo celebrado entre o município de Aveiro e a Caixa Geral de Depósitos, por achar que dada a conjuntura económica ou financeira que atravessamos e o enquadramento jurídico que a sustenta, esta ser a solução possível para fazer face à operação de saneamento financeiro que é nosso desígnio levar a cabo. Com ela, são honrados os compromissos anteriormente assumidos e é devolvido o normal funcionamento socio-económico a todos os aveirenses, às suas colectividades, Juntas de Freguesia e fornecedores.”*

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>051</sup>

*“O grupo municipal do CDS/PP de Aveiro votou a favor nesta adenda, ao contrato de empréstimo celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos e a Câmara Municipal de Aveiro, porque assume o seu sentido de responsabilidade ética e política, porque para isso foi convocado. E numa acção solidária e conscienciosa centra-se na defesa dos interesses dos aveirenses e em relação também aos credores sociais da Câmara.*

*Assumimos hoje a nossa quota-parte da responsabilidade e porque queremos contribuir para sanar efectivamente esta crise financeira, não fugimos à nossa responsabilidade política,*

*como outros o fizeram outrora e assumimos aqui o nosso compromisso, facto que motivou o lema e o compromisso eleitoral que nos propusemos em 2005.*

*Para nós este é um sinal de transparência, este é um sinal de verdade, e é um respeito pelos executivos vindouros, e acima de tudo pelos eleitores que depositaram um voto de confiança em nós.”*

Vogal António Granjeia (CDS/PP) <sup>052</sup>

*“Primeiro esclarecer que esta declaração de voto é em meu nome pessoal e não em nome do CDS. Votei a favor, por achar sobretudo necessário resolver os problemas às pessoas, principalmente fundamento de qualquer governação autárquica como eu a entendo; ou seja uma governação democrata-cristã e não do tipo liberal.*

*Mas também para resolver os problemas às empresas e às colectividades e às Juntas de Freguesia que estão muito mais próximo das populações.*

*Também votei favoravelmente porque confio nos pareceres jurídicos da autarquia.*

*Votei favoravelmente, independentemente de achar ou de estar preocupado se a culpa é do Souto ou do Dr. Élio, a culpa não é certamente dos aveirenses, mas de certeza de alguns aveirenses. Mas isso a história há-de dizer um dia.*

*Votei a favor porque não vislumbrei outra solução no horizonte, e faço-o independentemente das lealdades partidárias, mas apenas por dever de resolução dos problemas às terras de Aveiro e aos aveirenses.”*

Vogal António Regala (PCP) <sup>053</sup>

*“O pagamento de dívidas às freguesias, colectividades e fornecedores é de prioritária importância quer pelas situações difíceis que está a originar, quer pela negação de pessoa de bem que a autarquia deve ser, mas para que se faça este pagamento não se pode recorrer a artifícios que mais não são que delapidar patrimonialmente o município.*

*Se votássemos a favor este ponto, estaríamos a concordar com um concelho mais pobre, a caminho de não ter parque escolar, de não ter transportes e serviço público, de não ter equipamentos próprios culturais ou desportivos, de não ter identidade própria.*

*Concordamos com o empréstimo, mas não com o Plano que propõem para o cumprir, e como é o Plano que está em votação votamos contra.”*

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>054</sup>

*“Ao contrário do que os partidos da maioria aqui tentaram fazer crer, não há aqui ninguém que seja contra o empréstimo. E pessoalmente em nome do Bloco de Esquerda, quero lembrar que o Bloco de Esquerda é favorável, sempre foi favorável ao empréstimo.*

*Votei contra porque os pressupostos do plano de saneamento financeiro são exactamente os mesmos que foram aqui apresentados e contra os qual votámos.*

*É essa a razão de ser não contra o empréstimo, mas sim contra os pressupostos do plano de saneamento financeiro.”*

De seguida a Presidente da Mesa <sup>055</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, a Presidente da Mesa<sup>056</sup> deu por encerrada esta Sessão Extraordinária de Outubro. Eram 20:30 horas do dia 27 de Outubro de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)